

EDUCAÇÃO, JUSTIÇA E ORÇAMENTO

Proposta de realização de Oficinas de Capacitação para a Cidadania através do Orçamento Público junto a educadores e adultos envolvidos na iniciativa do Pré-Vestibular para Negros e Carentes – PVNC



O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase tem como uma de suas linhas de atuação para o ano de 2000 a disseminação de valores de cidadania entre jovens e crianças.

Para se definir essa linha de ação como prioritária o Ibase realizou ao longo dos últimos oito anos diversas atividades que o colocam, hoje, em uma posição privilegiada para oferecer capacitações e análises sobre as diversas políticas públicas, desenvolvidas nos diferentes níveis de governo, sob o ponto de vista da cidadania e da utilização de recursos públicos.

Entretanto, por ter uma capacidade limitada de ação, decorrente de nossas próprias características, decidiu-se pela realização de contatos com outras instituições que demonstrassem o interesse comum de realizar parcerias, permitindo assim a potencialização deste trabalho.

Na etapa em que nos encontramos, chegamos naturalmente ao PVNC, por identificarmos essa instituição/iniciativa como voltada para pessoas, ou alunos desfavorecidos e que realiza atividades de capacitação no campo da educação, preparando os mesmos para o exame de vestibular, mas principalmente pelo objetivo de articular setores excluídos da sociedade pela luta para a democratização da educação e contra a discriminação racial.

Como uma prova indelével das realizações e dos interesses dos governantes, o orçamento público é como o recibo que estes nos passam sobre suas prioridades, e por prioridades não entendemos apenas as belas palavras e as boas intenções, mas os recursos gastos em ações concretas, senão não estaremos falando de prioridades, mas apenas de palavras.

Associar a distribuição de recursos públicos para as diferentes ações que o Estado realiza e a escolha de prioridades, à cidadania, ao acesso a oportunidades, a serviços e bens públicos, é relacionar as intenções com as ações. O discurso político, o compromisso com os eleitores, e o respeito a esses compromissos e às necessidades dos cidadãos, possuem uma relação intrínseca, apontando inequivocamente os contemplados com benefícios de ações realizadas pelo Estado e os esquecidos, sem ignorar que ambos fazem parte de uma mesma realidade, ainda que nos seus opostos.

Em uma sociedade como a brasileira, onde se reforçam diariamente toda a sorte de preconceitos e iniquidades, o poder público não pode se dar ao luxo de ignorar ou não priorizar os menos favorecidos. As ações do Estado devem alcançar aquilo que nas últimas décadas foi evitado a todo custo, e que produziu tamanha desigualdade. O Estado deve utilizar de seus meios, nosso dinheiro, e realizar ações que revertam o modelo de desenvolvimento pelo qual nossa sociedade se reproduz.

Um bom exemplo concreto de como se realizaria essa ligação entre as prioridades governamentais, a concentração de renda e a desigualdade social é a comparação entre o dinheiro que o governo federal gasta nas universidades públicas e a classe social dos usuários das mesmas. Será que a universidade, ou melhor, a educação pública está cumprindo seu papel de criar oportunidades iguais e atender as populações mais carentes, ou está ela financiando estudantes ricos em detrimento do ensino básico?

Discutir cidadania será para alguns dar ou descobrir o significado dessa mesma palavra, ou importar-lhe o significado que já possui nas regiões mais ricas de toda cidade, o significado que tem para aquelas famílias cujo acesso a serviços públicos não é fruto de nenhum favor, é apenas e simplesmente um direito. Apontar os incluídos e excluídos, aqueles que possuem mais ou menos cidadania, como se fosse ela uma qualidade intrínseca, como cor da pele, em uma sociedade "naturalmente" desigual, é o que o orçamento público permite que façamos.

Se pudermos identificar aqueles que fazem e mantêm uma sociedade de 160 milhões de habitantes tão humilhantermente desigual, parte do nosso trabalho, de quem tenta ver nos números relativos aos gastos públicos, nos números dos orçamentos públicos em todos os níveis de governo e segundo as respectivas competências, as verdadeiras prioridades de nossos governantes, já teremos realizado parte de nossa tarefa.

É claro que não paramos nosso exercício de cidadania na simples constatação dos mecanismos que permitiram e perpetuam até hoje a desigualdade que a todos nós afeta, mas um passo importante para a transformação da sociedade é a distinção entre os falsos adversários, argumentos e realidade que tentam nos vender, e os verdadeiros motivos e mecanismos de reforço da uma "ideologia da servidão" que a todos nós parece se impor.

Estamos certos de que essa é apenas uma proposta, e de que há muito espaço para adaptação da mesma de acordo com as peculiaridades do PVNC, suas necessidades, sugestões, e críticas construtivas. Agradecemos a oportunidade de dialogar com o PVNC e poder discutir um trabalho que é do interesse do Ibase, e que poderá se concretizar em uma parceria positiva para todos nós. Desde já nos colocamos a inteira disposição daqueles que receberam essa proposta para discuti-la e aprimorá-la.

Objetivos da Oficina

A proposta de realização das Oficinas é a de aplicar uma dinâmica elaborada inicialmente para durar 45 minutos, com professores, alunos ou instrutores para sensibilizar os participantes com a discussão das questões relativas aos orçamentos públicos e suas implicações em nosso dia-a-dia.

Um dos objetivos do Ibase é de que essa oficina seja, tanto quanto possível, utilizada por quaisquer pessoas que partilhem conosco do interesse em democratizar a sociedade utilizando-se de informações relativas aos gastos públicos e que desejem realizar maior controle sobre os mesmos ou acompanhar a execução dos orçamentos.

A formação de instrutores que possam atuar como multiplicadores é nosso principal e mais importante *goal*, e sendo assim, cientes de que tais pessoas poderão possuir as mais diferentes formações, é que o material da Oficina é elaborado para ser utilizado por leigos, ou seja, pessoas sem qualquer experiência prévia na discussão sobre finanças públicas ou afinidade com a área ou sem qualquer acúmulo específico.

A Dinâmica da Oficina

Em grupos de no máximo 50 pessoas, realizamos as seguintes dinâmicas, na ordem que se segue:

- Nossa realidade: discutindo a desigualdade social, a concentração de renda, e o desemprego
- Construindo nosso futuro comum: participando e entendendo o orçamento
- Gastos públicos, participação popular, e cidadania
- Conhecendo o orçamento: algumas noções básicas
- Exercitando nossa cidadania, o orçamento que nós queremos
- Comparando as propostas e apontando suas conseqüências